



213

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO****Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

**1ª CÂMARA CRIMINAL****APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0331043-4****APELANTE:** MARCOS VENÍCIO LIMA PEREIRA**APELADO:** MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO**PROCURADOR DE JUSTIÇA:** YÉLENA DE FÁTIMA MONTEIRO ARAÚJO**RELATOR:** DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO**REVISOR:** DES. ROBERTO FERREIRA LINS

**EMENTA:** APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO EM FLAGRANTE COM APREENSÃO DE 220 PEDRAS DE "CRACK". VALIDADE DOS DEPOIMENTOS POLICIAIS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 75 DO TJPE. REDUÇÃO DA CONDENAÇÃO PARA O MÍNIMO LEGAL EM RAZÃO DA PRIMARIEDADE. IMPOSSIBILIDADE. CONDENAÇÃO EM M. IMPROVIMENTO DO RECURSO. SENTENÇA MANTIDA.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da APELAÇÃO de n.º **0331043-4** em que figuram como partes as acima referidas, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na sessão do dia        /        / 2014, **por unanimidade, conhecer do recurso para, no mérito, negar provimento**, tudo conforme consta do relatório e do voto digitado anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 16 de Junho de 2014.

**Des. Odilon de Oliveira Neto****Relator**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

**1ª CÂMARA CRIMINAL**

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0331043-4**

**APELANTE:** MARCOS VENÍCIO LIMA PEREIRA

**APELADO:** MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

**PROCURADOR DE JUSTIÇA:** YÉLENA DE FÁTIMA MONTEIRO ARAÚJO

**RELATOR:** DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

**REVISOR:** DES. ROBERTO FERREIRA LINS

**RELATÓRIO**

Trata-se de apelação interposta por MARCOS VENÍCIO LIMA PEREIRA o qual fora condenado à pena de **05 (cinco) anos de reclusão e 500 dias-multa no valor de 1/30 do salário mínimo vigente à época**, por prática de crime tipificado no art.33 da Lei 11.343/06.

A denúncia narra que o apelante, em 04 de novembro de 2012 no bairro dos Coelhos, fora preso em flagrante, através de ronda policial no local, portanto 05 pedras de crack no bolso. **Ao ser indagado sobre a titularidade da droga, o mesmo confessou a propriedade e ainda indicou seu "barraco" onde existiam mais 220 pedras de crack que estavam disponíveis para comercialização.**

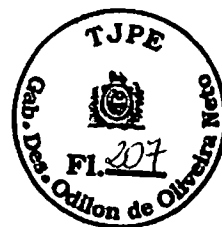
Laudo preliminar de drogas psicotrópicas em fls.23. Conversão da prisão preventiva do apelante em custódia flagrançial em fls.56. Laudo traumatológico de fls.64.

Recebimento da denúncia em fls.84. Pedido de revogação da prisão pela defesa em fls.87/98.

Audiência de instrução e julgamento em fls.145/147, juntando também mídia de fls.148. Partes apresentaram alegações finais orais.

Sentença de fls.150/154 publicada em 12.06.2013, condenando o apelante à pena de **05 (cinco) anos de reclusão e 500 dias-multa no valor de 1/30 do salário mínimo vigente à época**, por prática de crime tipificado no art.33 da Lei 11.343/06.

Em fls.165, devidamente intimado, o apelante expressou sua vontade de recorrer da decisão condenatória em 09.06.2013, de forma tempestiva.



## PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

Inconformado, o apelante, em suas razões recursais de fls.171/178, pugnou pela absolvição por insuficiência de provas de prática de crime de tráfico, ou ainda, diminuição da pena para determinar a fixação de pena base no mínimo legal.

Em contrarrazões de fls.180/182, o MP argumentou pela manutenção da sentença, em todos os seus termos, uma vez que a decisão considerou comprovada a prática de tráfico, tendo ainda o sentenciador julgado de forma justa a pena condenatória aplicada.

A Douta Procuradoria, em seu parecer de fls.200/203, opinou pelo **improvemento do apelo**.

É, em síntese, o Relatório. À revisão.

Recife, 14 de ABMIL de 2014.

**Relator Des. Odilon de Oliveira Neto**



214

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO****Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

**1ª CÂMARA CRIMINAL****APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0331043-4****APELANTE:** MARCOS VENÍCIO LIMA PEREIRA**APELADO:** MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO**PROCURADOR DE JUSTIÇA:** YÉLENA DE FÁTIMA MONTEIRO ARAÚJO**RELATOR:** DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO**REVISOR:** DES. ROBERTO FERREIRA LINS**VOTO**

Trata-se de apelação interposta por MARCOS VENÍCIO LIMA PEREIRA o qual fora condenado à pena de **05 (cinco) anos de reclusão e 500 dias-multa no valor de 1/30 do salário mínimo vigente à época**, por prática de crime tipificado no art.33 da Lei 11.343/06.

**O cerne das razões recursais se baseia na absolvição do crime de tráfico, e de forma alternativa, a dosimetria da pena aplicada, requerendo o apelante, também, a redução de sua condenação para pena base.**

**Entendo que as razões recursais não merecem prosperar, nos termos que passo a expor.**

Em relação ao pedido de absolvição do crime de tráfico, o mesmo resta infundado, tendo em vista a presença da autoria de materialidade do apelante.

Apesar da negativa de autoria do apelante em relação ao crime de tráfico, sua autoria restou devidamente demonstrada pelos depoimentos das testemunhas de acusação os quais apresentam consonância com a quantidade de droga apreendida em posse do apelante.

A materialidade também se mostrou incontestada, comprovadas pelo auto de prisão em flagrante, auto de exibição e apreensão, laudo preliminar e laudo pericial de drogas psicotrópica que **constatou a existência de 54,80 gramas de drogas em 220 pedras de crack (fls.36).**

**Insta ressaltar que em inquérito policial, o apelante confessou a traficância, bem como a titularidade da droga apreendida.** Já em juízo, o



215

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO****Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

mesmo negou a autoria, afirmando que sofreu agressões físicas pelos policiais, o **que não restou demonstrado em laudo traumatológico de fls.64.**

Cumpre ressaltar que, muito ao revés do que alegou o apelante, não há que se falar na fragilidade, enquanto elemento probante, dos depoimentos prestados pelos policiais militares que efetuaram a prisão em flagrante, devendo os mesmos serem considerados como meio idôneo de prova, mormente por se coadunar com as demais provas colhidas durante a instrução criminal, como laudo pericial definitivo de fls.36.

Frise-se, por pertinente, que o policial não está impedido de depor e o seu depoimento não deve ser recebido com reserva, desde que coerente e não colida com os demais elementos de prova, motivo pelo qual merece pleno acatamento, não podendo ser desprezado, visto que tais depoimentos revestem-se de inquestionável eficácia probatória, principalmente quando prestados em juízo, sob a garantia do contraditório, não se olvidando, a propósito, que o Tribunal de Justiça de Pernambuco sumulou entendimento de que são legítimos os depoimentos prestados por policiais como meio de prova (Súmula nº 75).

Sobre o tema, a jurisprudência firmou entendimento, verbis:

Evidenciando-se que a decisão que deu procedência ao pedido condenatório se sustentou, quanto ao crime de tráfico de drogas, em provas válidas e devidamente colhidas e/ou corroboradas em juízo, inviável sua cassação. Devem ser levados em consideração os depoimentos de policiais quando estiverem de acordo com o contexto probatório. Precedentes. (HC 99.373/MS, Rel. Ministra JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG), SEXTA TURMA, julgado em 18/03/2008, DJ de 14/04/2008)

Resta, então, superada qualquer alegação da defesa de absolvição do ora apelante.

Em relação à aplicação da pena, o Juiz sentenciante fundamentou, com louvor, a pena aplicada, não havendo que se falar em reparação, pois fora



216

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO****Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

aplicada no mínimo legal, destacando também a primariedade do apelante e a ausência de registros criminais.

Infiro, *in casu*, que o Magistrado atendeu ao princípio constitucional da Individualização da pena, bem como fixou a reprimenda de acordo com os ditames legais, inclusive obedecendo a orientação do método trifásico (CP, artigos 68 e 59). Não houve, assim, qualquer exagero ou extrapolação de limites, ao proceder ao cálculo da pena. A reprimenda acha-se bem adequada ao tipo do crime a que se refere, bem como às circunstâncias em que esse foi praticado.

Diante do exposto, **nos termos da Manifestação da Procuradoria de Justiça, NEGÓ PROVIMENTO AO APELO**, mantendo-se na íntegra a sentença do juízo de primeiro grau.

Recife, 16 de Junho de 2014.

**Des. Odilon de Oliveira Neto**  
Relator



**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 331043-4 – 3ª Vara dos Feitos Relativos a Entorpecentes da Capital**

Apelante: Marcos Venícios Lima Pereira  
Apelado: Ministério Público de Pernambuco  
Procurador (a): Yélena de Fátima Monteiro Araújo  
Relator: Des. Odilon de Oliveira Neto  
Revisor convocado: Juiz Joaquim Lafayette Pereira Neto  
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

### VOTO

Cuida-se de Apelação Criminal interposta por **Marcos Venícios Lima Pereira** com o escopo de absolvê-lo da imputação de ter praticado o delito tipificado no art. 33 da Lei nº 11.343/06 (tráfico de drogas), e de, alternativamente, reduzir a pena final que lhe foi atribuída, fixada, pelo Juízo *a quo*, em 05 (cinco) anos de reclusão, no regime inicial fechado, e 500 (quinhentos) dias-multa, à razão de 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época dos fatos.

#### 1. Quanto à alegação de insuficiência de provas da autoria delitiva

Relativamente ao pleito de absolvição, que se funda na insuficiência de provas acerca da autoria delitiva do Apelante, é forçoso concluir, após detida análise deste caderno processual, que não merece ser acolhido.

Com efeito, verifico, de exórdio, que a materialidade delitiva dos fatos deduzidos na peça acusatória resta incontroversa, eis que devidamente amparada no laudo preliminar de fl. 23 e no laudo pericial definitivo de fl. 36, que constatarem se tratar da substância entorpecente conhecida como *crack* o material apreendido em poder do Apelante.

Por outro lado, no que concerne à autoria delitiva do recorrente, esta sim impugnada pelo recurso em apreço, tenho que também restou devidamente comprovada através dos elementos probatórios constantes do caderno processual.

Em especial, observo que a autoria delitiva do Apelante resta consubstanciada nos depoimentos prestados tanto em sede policial (fls. 07/09) quanto em juízo (mídia acostada à fl. 148) pelos policiais militares que efetuaram a prisão em flagrante daquele, dos quais se pode depreender, com coerência e riqueza de detalhes, que o recorrente, além de ter sido encontrado, em via pública, com 05 (cinco) pedras de *crack*, apontou o local em que mantinha mais 215 (duzentos e quinze) pedras da mesma substância, quantidade que, em seu total, é nitidamente indicativa da finalidade de traficância.

Outrossim, também as circunstâncias em que se deu a prisão em flagrante do recorrente são plenamente indicativas de sua autoria delitiva quanto ao crime de tráfico de drogas, eis que aquele foi avistado, em local que



é notório ponto de venda de drogas, quando portava substâncias entorpecentes cuja quantidade e qualidade sugerem a existência de finalidade comercial.

Ademais, as circunstâncias que permeiam o flagrante do recorrente ainda dão conta de que aquele indicou o exato local em que estava depositado o total de 215 (duzentos e quinze) pedras de *crack*, o que, no mínimo, evidencia a ligação daquele com a aludida droga, que, também em razão de sua quantidade e qualidade, era claramente destinada à traficância.

Logo, tenho que restaram devidamente comprovadas a materialidade dos fatos e a autoria delitiva do Apelante relativamente ao crime que lhe foi imputado, pelo não merece guarida o pleito de absolvição deduzido no presente recurso.

## **2. Quanto à dosimetria da pena e ao seu regime inicial de cumprimento**

No tocante aos pleitos de redução da pena final aplicada ao Apelante e ao estabelecimento de regime inicial de cumprimento mais benéfico, tenho que não merecem ser acolhidos, pelas razões adiante expostas.

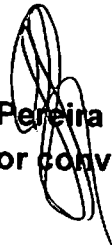
A propósito, quanto ao pedido de fixação da pena-base em seu mínimo legal, observo que não se mostra razoável, eis que, consoante bem destacou o Juízo sentenciante, foram verificadas ao menos duas circunstâncias judiciais em desfavor do Apelante, a saber, sua culpabilidade e a quantidade da droga apreendida em seu poder, esta última vislumbrada em face do disposto no art. 42 da Lei nº 11.343/06.

Por outro lado, todas as demais circunstâncias do caso concreto passíveis de corresponder a causas de diminuição de pena ou a atenuantes foram devidamente valoradas e aplicadas pelo Juízo *a quo*, que, considerando a primariedade do Apelante e a ausência de comprovação de envolvimento com organização criminosa, aplicou a minorante contemplada pelo art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/06.

Por derradeiro, quanto ao regime inicial de cumprimento da pena do recorrente, tenho que o seu estabelecimento no regime fechado restou devidamente fundamentado pelo Juízo *a quo* na existência de circunstâncias judiciais desfavoráveis àquele, atinentes, sobretudo, à elevada quantidade e à qualidade altamente viciante da droga apreendida em seu poder.

Ante o exposto, voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao apelo, mantendo-se, integralmente, os termos da sentença condenatória impugnada.

É como voto.

  
**Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto**  
**Revisor convocado**